



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 07/2016 – CGMP

SÃO LUÍS (MA), 20 DE MAIO DE 2016.

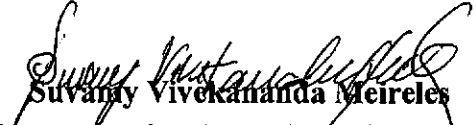
O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com observância ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar Estadual nº 013/91 c/c o Provimento nº 01/2015-CGMP;

RESOLVE:

Realizar Correição Ordinária nas Promotorias de Justiça abaixo relacionadas, no período de **30 de maio de 2016 a 1º de junho de 2016**, delegando aos Promotores de Justiça Corregedores Valdenir Cavalcante Lima e Washington Luiz Maciel Cantanhede tal atribuição, nos termos do Provimento nº 01/2015-CGMP¹, que estabelece o regimento das correições e inspeções no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

PROMOTORIA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
PJ da comarca de Esperantinópolis	Xilon de Souza Júnior
PJ da comarca de Poção de Pedras	Raquel Madeira Reis

Dê-se ciência. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico. Cumpra-se.


Suvanny Vivekananda Meireles
Corregedor-Geral do Ministério Público

¹Art. 2º, I - Correição Ordinária e Inspeção Ordinária são os procedimentos realizados, respectivamente, em Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça, destinados a verificar a regularidade dos serviços, a metodologia adotada, a eficiência e pontualidade do membro do Ministério Público no exercício de suas funções, o cumprimento das obrigações legais e das determinações e recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público, da Procuradoria Geral de Justiça, da Corregedoria Geral do Ministério Público e dos demais órgãos da Administração Superior, bem como sua participação nas atividades do órgão de execução a que pertença, o cumprimento das metas estabelecidas nos seus planos ou programas de atuação, como também a colaboração e a contribuição para a execução dos programas ou projetos especiais instituídos pelo Ministério Público, tudo com o fito de obter avaliação objetiva do funcionamento do órgão de execução e da conduta do membro da Instituição;